Demonstrações Financeiras

Rincão São Miguel Energética S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Rincão São Miguel Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Rincão São Miguel Energética S.A.
São Martinho da Serra (RS)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rincão São Miguel Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperação do ativo imobilizado - fase inicial de operação

Conforme divulgado nas notas explicativas 1, a Companhia encontra-se em fase inicial de operação e realizou investimentos relevantes na construção de sua barragem e usina. Como consequência, a Companhia necessitou de aportes de seus acionistas e financiamentos de terceiros para a conclusão da construção de sua planta e início de suas operações. A recuperação do investimento realizado pela Companhia no ativo imobilizado depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios e os resultados de suas operações futuras. Por essas razões, consideramos a recuperação do ativo imobilizado, como um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós executamos procedimentos para avaliar e desafiar as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração do seu plano de negócios. Dentre esses procedimentos, efetuamos: (i) avaliação da exatidão e integridade dos valores capitalizados bem como as informações utilizadas nas projeções; (ii) efetuamos leitura das atas de reunião da diretoria a fim de compreender a continuidade dos planos futuros e identificar potenciais informações contraditórias; (iii) verificamos a evolução física das obras, bem como das autorizações regulatórias obtidas da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL requeridas em certas etapas da obra, e; (iv) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivode apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Do assunto que foi objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SC-000048/F

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC-027535/O

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Rincão São Miguel Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		**47**	-
Aplicações financeiras	**4**	**577**	73
Contas a receber		**1.299**	-
Tributos a recuperar		**108**	112
Total do ativo circulante		**2.031**	185
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		**1.432**	1.432
Imobilizado	**6**	**232.484**	232.342
Intangível		**204**	204
Total do ativo não circulante		**234.120**	233.978
Total do ativo		**236.151**	234.163

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	**7**	**6.799**	6.527
Fornecedores	**8**	**1.740**	1.318
Obrigações sociais e trabalhistas		**44**	32
Tributos a recolher		**156**	17
Tributos diferidos		**29**	-
Outros passivos		**3**	-
Total do passivo circulante		**8.771**	7.894
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	**7**	**53.555**	54.199
Partes relacionadas	**5**	**188.532**	166.795
Provisão para gastos ambientais		**272**	272
Total do passivo não circulante		**242.359**	221.266
Patrimônio líquido	**9**		
Capital social		**2.277**	2.277
Reservas de capital		**5.770**	5.770
Prejuízos acumulados		**(3.044)**	(1.441)
Prejuízos do exercício		**(19.982)**	(1.603)
Patrimônio líquido		**(14.979)**	5.003
Total do patrimônio líquido		**(14.979)**	5.003
Total do passivo		**236.151**	234.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rincão São Miguel Energética S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	**10**	**8.157**	-
Custo do serviço prestado	**11**	**(4.746)**	10
Resultado bruto		**3.411**	10
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	**11**	**(2.814)**	(1.550)
Outras receitas/despesas		**-**	14
		(2.814)	(1.536)
Resultado antes do resultado financeiro		**597**	(1.526)
Resultado financeiro	**12**		
Receitas financeiras		**5**	111
Despesas financeiras		**(20.344)**	(162)
		(20.339)	(51)
Resultado antes dos impostos		**(19.742)**	(1.577)
IRPJ/CSLL corrente		**(211)**	(26)
IRPJ/CSLL diferidos		**(29)**	-
Lucro/Prejuízo do exercício		**(19.982)**	(1.603)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R$)		**(775,49)**	(62,21)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rincão São Miguel Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro/Prejuízo do exercício	**(19.982)**	(1.603)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	**(19.982)**	(1.603)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rincão São Miguel Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.277	5.770	(1.441)	6.606
Prejuízo do exercício	-	-	(1.603)	(1.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.277	5.770	(3.044)	5.003
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**(19.982)**	**(19.982)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.277**	**5.770**	**(23.026)**	**(14.979)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rincão São Miguel Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**31/12/2024**	31/12/2023
Resultado antes dos impostos	**(19.742)**	(1.577)
Depreciações e amortizações	**3.849**	256
Encargos incorridos sobre passivos financeiros	**4.391**	-
Encargos incorridos sobre mútuos	**15.273**	-
Baixa de ativo imobilizado	**25**	4.537
Redução (aumento) em:		
Contas a receber de clientes	**(1.299)**	-
Impostos a recuperar	**4**	(58)
Partes relacionadas	**6.464**	57.434
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	**422**	(4.126)
Obrigações sociais e trabalhistas	**12**	5
Obrigações tributárias	**(72)**	(277)
Outros passivos	**3**	272
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**9.330**	56.466
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	**(4.016)**	(49.947)
Aplicações financeiras	**(504)**	3.106
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**(4.520)**	(46.841)
Atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos (principal)	**(6.509)**	(9.645)
Juros pagos sobre empréstimos	**1.746**	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(4.763)**	(9.645)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**47**	(20)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**-**	20
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**47**	-
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	**47**	(20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rincão São Miguel Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rincão São Miguel Energética S.A. (“São Miguel” ou Companhia”), com sede em São Martinho da Serra na Estrada dos Albinos, s/n, no bairro São Miguel – Estado do Rio Grande do Sul é uma sociedade por ações constituída em 07 de julho de 2006. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Toropi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Quevedos e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa n° 3.889, de 29 de janeiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa, prorrogável por mais 30 anos.

A geradora terá potência instalada de 9.750 kW e potência líquida de 9.603 kW iniciou sua operação comercial em março de 2024.

O estado do Rio Grande do Sul teve um grande volume de chuva nos meses de abril e maio de 2024, causando enchentes, alagamentos e deslizamentos em diversas regiões do estado. Obstruindo as saídas das turbinas, o que comprometeu o funcionamento e geração de energia por aproximadamente 120 dias. Durante este período a Companhia forneceu energia através do Mecanismo de realocação de energia- MRE, o qual atende a quantidade dos contratos. A Companhia possui seguro para infraestrutura, e suas atividades estão normais.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade operacional e investimento na infraestrutura na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua, proporcionalmente à sua participação acionária.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 31 de março de 2025.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

2.2. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. Os ativos intangíveis são formados substancialmente por autorização de servidão.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

2.5. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação corrente versus não corrente--Continuação

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.6. Reconhecimento de receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, liquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(I) Suprimento de energia: a receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:

(a) *Suprimento de energia - ambiente regulado:* a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 80% da garantia física, que foi iniciado a partir de janeiro de 2022; e

(b) *Suprimento de energia - ambiente livre:* a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 20% da garantia física, a partir de janeiro de 2022.

(II) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber quando o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.8. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são computados tendo por base o regime do denominado “lucro presumido regime de competência”. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.9. Custo das debêntures

Custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

• Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável)
• Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações.

Durante o exercício de 2024 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2024.

Pronunciamento	Alteração
CPC 03 – Demonstração fluxo de caixa	Alterações relativas que esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
CPC 40 – Instrumento financeiro	Alterações relativas que esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade

As alterações não trouxeram efeitos significativos nas Demonstrações financeiras da Companhia.

O International Accounting Standards Board (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência nos próximos exercícios com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas Demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

2.12. Ajustes de classificação em demonstrações anteriores.

Com vistas a assegurar maior clareza e qualidade na apresentação das informações, determinados saldos das demonstrações financeiras comparativas foram reclassificados. Tais reclassificações não decorrem de alterações nas políticas contábeis ou nas estimativas adotadas pela Companhia, tampouco implicam efeitos sobre os ativos, passivos, patrimônio líquido ou no resultado do exercício anteriormente divulgado. Ressalta-se que essas reclassificações não comprometem a comparabilidade nem a integridade das informações financeiras apresentadas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Aplicações financeiras

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras	**577**	73
	577	73

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Partes relacionadas

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. Os saldos de mútuos passivos passaram a ser atualizados pelo IPCA + 4% a.a. Estes juros foram capitalizados no ativo imobilizado. Os saldos estão assim apresentados:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo		
Rincão dos Albinos Energética S.A.	**20**	20
Guassupi Participações S.A.	**188.512**	166.775
	188.532	166.795

	31/12/2024			
	Saldo inicial	**Juros**	**Adição**	**Saldo Final**
Mútuos partes relacionadas	166.795	**13.810**	**7.927**	**188.532**
	166.795	**13.810**	**7.927**	**188.532**

6. Imobilizado

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução n° 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Taxa média anual de depreciação	**31/12/2024**	31/12/2023
Custo de aquisição			
Terrenos		**7.742**	8.018
Máquinas e equipamentos		**25.024**	-
Edificações		**199.045**	-
Móveis e utensílios		**112**	-
Imobilizado em curso		**1.053**	221.068
Adiantamentos a fornecedores		**3.357**	3.256
		236.333	232.342
Depreciação acumulada			
Veículos	20%	**(5)**	-
Edificações	2% a 4%	**(3.223)**	-
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	**(621)**	-
		(3.849)	-
Total do imobilizado		**232.484**	232.342

Em 31 de dezembro de 2024 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

6. **Imobilizado**--Continuação

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros, de forma a estimar o potencial do investimento frente ao seu valor atual. Valor de juros capitalizados no exercício de 2023 foi de R$ 16.143. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

Movimentações no ativo imobilizado em 2024

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Custo de aquisição							
Terrenos		8.018	**-**	**-**	**-**	**(276)**	**7.742**
Máquinas e equipamentos		-	**11**	**-**	**(2)**	**25.015**	**25.024**
Edificações		-	**533**	**-**	**-**	**198.512**	**199.045**
Móveis e utensílios		-	**2**	**-**	**-**	**110**	**112**
Imobilizado em curso		221.068	**3.352**	**-**	**(6)**	**(223.361)**	**1.053**
Adiantamentos a fornecedores		3.256	**118**	**-**	**(17)**	**-**	**3.357**
		232.342	**4.016**		**(25)**	**-**	**236.333**
Depreciação acumulada							
Móveis e utensílios	20%	-	**-**	**(5)**	**-**	**-**	**(5)**
Edificações	2% a 4%	-	**-**	**(3.223)**	**-**	**-**	**(3.223)**
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	-	**-**	**(621)**	**-**	**-**	**(621)**
		-	**-**	**(3.849)**	**-**	**-**	**(3.849)**
Total do imobilizado		232.342	**4.016**	**(3.849)**	**(25)**	**-**	**232.484**

6. **Imobilizado**--Continuação

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2023

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição						
Terrenos		8.018	-	-	-	8.018
Imobilizado em curso		165.828	55.240	-	-	221.068
Adiantamentos a fornecedores		7.023	1.163	-	(4.930)	3.256
		180.869	56.403		(4.930)	232.342
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	2,5 % a 16,66%	(137)	-	(256)	393	-
		(137)	-	(256)	393	-
Total do imobilizado		180.732	56.403	(256)	(4.537)	232.342

Em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados juros de mútuos no montante de R$ 16.143, e juros de debentures de R$6.456, esses valores totalizam R$22.559 e compõem o total de adição do ano.

7. Debêntures

Em 12 de dezembro de 2019 foi assinada a Escritura de Emissão de Debêntures entre a Companhia e a instituição bancária Itaú Unibanco S.A., com esforços restritos de distribuição, no valor total de R$ 48 milhões, com taxa indexada à taxa IPCA + spread de 5,0128 % e prazo de 17 anos, sendo dois anos e meio de carência. A emissão ocorreu em 26 de dezembro de 2019 e os pagamentos serão semestrais a partir da data de emissão, sendo que a amortização customizada do principal terá início em 15 de junho de 2022, em 31 parcelas, com vencimento final em 15 de junho de 2037. O Agente Fiduciário nomeado é Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As debêntures captadas são para construção da PCH e possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

		31/12/2024	31/12/2023
Debêntures			
Itaú S.A.	IPCA + 5,0128% a.a.	**60.354**	60.726
		60.354	60.726
Circulante		**6.799**	6.527
Não circulante		**53.555**	54.199

Mapa de movimentação de debêntures

A seguir demonstramos a movimentação em 2024:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.915
Pagamentos	(3.189)
Juros, atualização e custos de captação	6.456
Saldo em 31 de dezembro de 2023	60.726
Pagamentos	**4.391**
Juros imobilizado	**1.746**
Juros, atualização e custos de captação	**(6.509)**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**60.354**

Cronograma de amortização da dívida

Ano	**31/12/2024**
2026	**7.086**
2027	**7.445**
2028	**7.850**
A partir de 2029	**31.174**
	53.555

7. **Debêntures**--Continuação

Obrigações da Companhia ("covenants")

A Companhia obrigasse a observar determinadas cláusulas de restrição "covenants" constantes dos contratos de debêntures, medidas com base nas demonstrações financeiras anuais da Companhia contados a partir de 12 meses após início das operações, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida superior ou equivalente a 1,20x - sendo que o índice é a razão da "Geração de Caixa da Atividade no PRef" dividido pelo "Serviço da Dívida no PRef".

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia cumpriu todas as obrigações ("covenants") relacionados aos contratos de debêntures.

8. Fornecedores

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	**1.740**	1.318
	1.740	1.318

9. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 2.277 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.277 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por um total de 25.765 de ações (25.765 ações em 31 de dezembro de 2023).

b) Resultado acumulado

O lucro líquido do exercício, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação; i) 5% (cinco por cento), até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, serão destinados a reserva estatutária, sem prejuízo da utilização de outras reservas; ii) serão distribuído aos acionistas dividendo obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) desses lucros, nos termos do estatuto da Companhia, norteado pelos artigos 201 a 203 da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

c) Reserva legal

Constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, que prevê a constituição de reserva legal no montante de 5% do lucro líquido limitado a 20% do capital social da Companhia. No exercício de 2023 a Companhia não auferiu lucros.

10. Receitas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Agenciamento na venda de energia	**8.466**	-
	8.466	-
Deduções da receita		
PIS e COFINS sobre vendas	**(309)**	-
	(309)	-
Receita operacional líquida	**8.157**	-

11. Despesas administrativas e gerais

A seguir demonstramos a despesa por natureza nas datas dos balanços:

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos por função		
Custo do serviço prestado	**(4.746)**	10
Despesas administrativas e gerais	**(2.814)**	(1.550)
	(7.560)	(1.540)
Gastos por natureza		
Custo aquisição de energia	**(639)**	10
Serviços de terceiros	**(1.013)**	(147)
Depreciação	**(3.849)**	(256)
Despesas com pessoal	**(387)**	(306)
Honorários contábeis	**(47)**	(35)
Assessoria jurídica	**(246)**	(114)
Viagens e estadias	**(183)**	(99)
Internet e telefone	**(37)**	(91)
Taxas e cartórios	**(38)**	(170)
Perdas	**(7)**	-
Contingências	**-**	(272)
Seguros	**(1.041)**	(1)
Outras despesas	**(73)**	(59)
	(7.560)	(1.540)

12. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas aplicações financeiras	**4**	95
Descontos obtidos	**1**	16
	5	111
Despesas financeiras		
Juros e custo de empréstimos	**(4.391)**	-
Outras despesas financeiras	**(680)**	(162)
Juros mútuos partes relacionadas	**(15.273)**	-
	(20.344)	(162)
Resultado financeiro	**(20.339)**	(51)

13. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a debêntures, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações. Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	**47**	-
Aplicações financeiras	**577**	73
Contas a receber	**1.299**	-
Fornecedores	**1.740**	1.318
Partes relacionadas - passiva	**188.532**	166.795

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia.

O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

13. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

(a) Risco de crédito: o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(b) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração.

(c) Risco de descontratação: A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo.

(d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a debêntures obtidas junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

(e) Risco de regulação: as atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(f) Gerenciamento de capital: a Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

13. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

(f) Gerenciamento de capital--Continuação

A dívida líquida da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	**60.354**	60.726
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	**47**	-
Menos: Aplicações financeiras	**577**	73
Dívida líquida	**59.730**	60.653
Total do patrimônio líquido	**(14.979)**	5.003
Dívida líquida e patrimônio líquido	**44.751**	65.656
Quociente de alavancagem	**133%**	92%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

14. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

15. Transações que não afetaram o caixa

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou certas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto no caixa. As transações estão abaixo resumidas:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros de empréstimos capitalizados ao imobilizado	**1.746**	22.599
Provisão para gastos ambientais	**272**	272